



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2026
PROCESSO Nº 19.11.0040.0002102/2026-42
ID CidadES Nº 2026.500M1300001.01.0017

Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de Gerenciamento e controle de frota, mediante sistema informatizado e tecnologia de pagamento por meio de cartão magnético, visando ao abastecimento de combustível gasolina, diesel, álcool e lavagem dos veículos próprios, locados e equipamento que pertencem a frota do MP-ES.

Critério de julgamento: MENOR PREÇO (os lances registrados no sistema deverão refletir o percentual da taxa de administração efetivamente pretendida, conforme metodologia orientada no item 6.8 do edital)

Forma de Adjudicação: LOTE

Modo de disputa: ABERTO E FECHADO

Sistema de Registro de Preços: ☐ Sim ☒ Não

Licitação exclusiva para ME/EPP: ☐ Sim ☒ Não

Amostra/Demonstração? ☐ Sim ☒ Não

Sessão Pública de Disputa: 14h do dia 26/05/2026

Total estimado da contratação: R\$ 685.309,20 (seiscentos e oitenta e cinco mil, trezentos e nove reais e vinte centavos), com taxa máxima de administração estimada de 2,33%.

UASG: 926629 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

OBSERVAÇÕES: Em caso de eventual diferença entre a(s) especificação(ões) do objeto descritas no “Sistema de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>)” e as especificações constantes neste edital de pregão eletrônico, prevalecerão as últimas especificações.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90019/2026

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo - MPES, UASG: 926629, CNPJ nº 02.304.470/0001-74, sediado na Rua Procurador Antônio Benedito Amancio Pereira, 121, Santa Helena, Vitória/ES, CEP: 29.055-036, torna público que realizará licitação na modalidade “Pregão Eletrônico”, pelo critério “Menor Preço”, objetivando a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de Gerenciamento e controle de frota, mediante sistema informatizado e tecnologia de pagamento por meio de cartão magnético, visando ao abastecimento de combustível gasolina, diesel, álcool e lavagem dos veículos próprios, locados e equipamento que pertencem a frota do MP-ES, devidamente autorizado pela Excelentíssima Senhora Subprocuradora-Geral de Justiça Administrativa. O pregão será realizado por Pregoeiro e Equipe de Apoio designados pelas Portarias PGJ nº 103, 105, 108, de 25 de janeiro de 2024, 895, 897 e 899 de 29 de outubro de 2025, de acordo com as disposições da Lei 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O procedimento do Pregão Eletrônico será realizado por meio de sessão pública no Sistema de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), mediante condições de segurança, criptografia e autenticação em todas as suas fases.

1.2 Os trabalhos serão conduzidos por servidor integrante do quadro deste Ministério Público, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.3 Serão observados as seguintes datas e horários para os procedimentos:

DATA FIM DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: Às 13:59 do dia 26/05/2026

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h, do dia 26/05/2026

1.4 FORMALIZAÇÃO DE CONSULTA: (Informando o nº da licitação).

E-mail: cpl@mpes.mp.br

Horário de expediente: Dias úteis, de segunda a sexta-feira, de 12h às 18h.

Os prazos licitatórios ficam suspensos nos feriados e pontos facultativos. Atentem-se aos prazos constantes no edital.

PORTARIA PGJ Nº 1015, de 1º de dezembro de 2025 - calendário anual de feriados e pontos facultativos do MPES referente ao exercício de 2026.

1.5 **Local para esclarecimentos às empresas licitantes:** Os pedidos de esclarecimentos quanto ao Edital e seus anexos poderão ser solicitados exclusivamente por meio eletrônico, de acordo com o art. 43 da Portaria PGJ nº 1.133/2023, pelo e-mail cpl@mpes.mp.br, dirigido à Comissão Permanente de Licitação – CPL, até o dia 20/05/2026. Os esclarecimentos prestados à solicitante serão estendidos às demais licitantes adquirentes do Edital, até o dia 25/05/2026, na forma do item 1.6.

1.5.1 Não serão atendidas solicitações verbais.

1.6 Os esclarecimentos prestados às empresas licitantes, bem como eventuais alterações no edital, estarão disponíveis no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, não podendo as licitantes, em qualquer hipótese, alegarem desconhecimento dos mesmos, razão pela

qual os interessados devem consultar com frequência à página do certame.

1.7 Constituem **ANEXOS** ao presente Edital:

ANEXO I – Termo de Referência.

ANEXO II – Documentos para habilitação

ANEXO III - Modelo de Proposta

ANEXO IV – Modelo de Dados complementares para emissão do contrato.

ANEXO V - Minuta de Contrato.

1.8 - REFERÊNCIA DE TEMPO: HORÁRIO DE BRASÍLIA.

2 DO OBJETO

2.1 O presente pregão eletrônico tem por objeto a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de Gerenciamento e controle de frota, mediante sistema informatizado e tecnologia de pagamento por meio de cartão magnético, visando ao abastecimento de combustível gasolina, diesel, álcool e lavagem dos veículos próprios, locados e equipamento que pertencem a frota do MP-ES, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência, **ANEXO I** deste edital.

2.1.1 Todas as transações devem ser operacionalizadas por meio de cartão magnético, nas redes de estabelecimentos credenciadas, individualizado por veículo, por intermédio de implantação e operação de Sistema Informatizado via WEB, próprio da Contratada.

2.2 O local de execução dos serviços e demais informações pertinentes encontram-se detalhados no Termo de Referência, parte integrante deste Edital.

3 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão no seguinte enquadramento orçamentário:

Atividade: 03.122.0048.2020 – Administração da Unidade.

Elementos de Despesa:

3.3.90.30.01 – Material de Consumo – Combustíveis e Lubrificantes Automotivos – Álcool;

3.3.90.30.58 – Material de Consumo – Combustíveis e Lubrificantes Automotivos – Gasolina;

3.3.90.30.59 – Material de Consumo – Combustíveis e Lubrificantes Automotivos – GNV/Diesel;

3.3.90.39.19 – Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica – Manutenção e Conservação de Veículos.

Plano Orçamentário: 001702 – Apoio Administrativo.

4 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>).

4.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

4.6 Não poderão disputar esta licitação:

4.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.6.2 Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, tendo em vista a baixa complexidade do objeto a ser contratado;

4.6.3 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.6.4 empresa, isoladamente, direta ou indiretamente, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.6.5 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.6.6 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.6.7 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

4.6.8 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.6.9 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato servidor público estadual, independentemente de qual seja o órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme art. 9º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 e arts. 221, XIX, da Lei Complementar Estadual nº 46/1994 e 35 da Constituição Estadual.

4.6.10 Empresas que se encontrem sob falência, em recuperação judicial (Lei nº 11.101), concurso de credores, liquidação ou dissolução;

4.6.10.1 Será aceita a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

4.7 O impedimento decorrente de sanção administrativa será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.8 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.9 O disposto nos itens acima não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

5 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

5.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.

5.5 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6 A falsidade da declaração de que trata os itens acima sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.

5.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.9 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.10 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.10.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.10.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.11 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.12 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos indicados, até a data e horário estabelecidos.

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3 O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.7 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.8 O VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO da presente contratação é de R\$ 685.309,20 (seiscentos e oitenta e cinco mil, trezentos e nove reais e vinte centavos), com taxa de administração máxima estimada de 2,33%, de acordo com os valores e quantitativos abaixo:

LOTE ÚNICO

OBJETO	PRODUTO/ SERVIÇO	QUANT. ESTIMADA	VALOR ESTIMADO R\$	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO MÁXIMA ESTIMADA

Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de Gerenciamento e controle de frota, mediante sistema informatizado e tecnologia de pagamento por meio de cartão magnético, visando ao abastecimento de combustível gasolina, diesel, álcool e lavagem dos veículos próprios, locados e equipamento que pertencem a frota do MP-ES, para atender às necessidades administrativas do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, conforme Termo de Referência.	COMBUSTÍVEL (LITROS)	100.000	657.896,84	2,33 %
	LAVAGEM EXTRA	400	27.412,36	
	LAVAGEM INTERNA E EXTERNA (COM ASPIRAÇÃO)	220		
	TOTAL			

Observação quanto à apresentação de lances no sistema compras.gov:

Considerando que o **contrato vigente possui taxa de administração negativa** e que o sistema Compras.gov não permite a redução de taxa positiva para negativa na opção de julgamento por maior desconto, a presente licitação será operacionalizada pelo critério de **menor preço**.

A disputa de lances no sistema terá caráter meramente operacional. O licitante deverá observar que a **taxa de administração ofertada** poderá ser **positiva ou negativa**.

A **taxa de administração efetiva** deverá ser obrigatoriamente informada na proposta ajustada, a ser enviada após a fase de lances, **sendo este o valor considerado para fins de julgamento e classificação**.

O valor estimado da contratação **não será alterado**, servindo exclusivamente como base de cálculo para aplicação da taxa de administração.

Dessa forma, os lances registrados no sistema deverão refletir o **percentual da taxa de administração efetivamente pretendida**, conforme metodologia estabelecida nesse item.

Para a formulação da proposta, deverá ser utilizado como referência o valor estimado de **R\$ 685.309,20**, sobre o qual será aplicada a taxa de administração (positiva ou negativa), conforme exemplos abaixo:

Exemplos de aplicação da taxa de administração (base: R\$ 685.309,20):

Taxa de Administração	Valor da Taxa (R\$)	Valor Total (R\$) (valor de referência para cálculo da taxa pretendida)
2,33%	15.967,70	701.276,90
0,00%	0,00	685.309,20
-4,00%	-27.412,37	657.896,83

6.8.1 OS VALORES NÃO PODERÃO ULTRAPASSAR OS INFORMADOS NO EDITAL.

6.8.2 Após a disputa, deverá ser encaminhada proposta contendo a taxa de administração conforme Anexo III do Edital.

6.8.3 As frotas de veículos e a quantidade mínima de empresa credenciadas por município constam nos Anexos I e II do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

6.8.4 A administração não contratará taxa de administração com valor superior ao estimado constante no edital.

6.8.5 Havendo divergências entre as especificações do código CATMAT e as do Edital, prevalecerão as do Edital.

6.9 A proposta somente poderá conter duas casas decimais.

7 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.3 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.4 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.5 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.6 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.7 Considerando que será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.7.1 - A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.7.2 - Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.7.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.7.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.7.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.8 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.9 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.10 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.11 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.12 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.13 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetuada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.13.1 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.13.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.13.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.13.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.14 - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.14.1 - Havendo eventual empate, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei 14.133/2021. Quando todos os critérios estabelecidos no art. 60 da lei 14.133/2021 tiverem sido aplicados e o empate permanecer, o sistema compras.gov realizará o sorteio para desempate.

7.15 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.15.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.15.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.15.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.15.4 - O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, **conforme modelo constante no Anexo III**, e Dados Complementares, Anexo IV deste Edital, e acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.15.5 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.15.6 Após o prazo de 2 horas, caso o licitante com a proposta melhor classificada não tenha encaminhado os documentos, o pregoeiro encerrará a convocação, ficando o licitante impossibilitado de encaminhar os mesmos e, conseqüentemente, sua proposta será DESCLASSIFICADA.

7.15.7 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8 DA FASE DE JULGAMENTO

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e neste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 SICAF;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS/Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br>, <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>);

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também em nome de seus sócios majoritários, por força do art. 12 da Lei 8.429/1992, que prevê dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.3 Constatada a existência de sanção que inviabilize a participação ou contratação, o Pregoeiro reputará o licitante desclassificado, por falta de condição de participação.

8.4 - O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a proposta detalhada quando o preço ofertado for aceitável e houver necessidade de ajustes para adequar a propostas aos requisitos exigidos neste edital e seus anexos.

8.5 - Será também desclassificada a proposta vencedora que:

8.5.1 contiver vícios insanáveis;

8.5.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.5.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.5.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.5.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.6 Erros no preenchimento não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A proposta poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

8.7 Após a verificação das condições dos itens antecedentes, a proposta e os documentos de habilitação serão apreciados, com auxílio do setor técnico demandante e, após análise, será declarado vencedor o licitante classificado em primeiro lugar, caso tenha atendido a todas as exigências do edital.

9 DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, Anexo I e nas Exigências para Habilitação, Anexo II deste Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2 Os documentos apresentados para habilitação **deverão estar** em nome da empresa licitante e com indicação do número do **CNPJ e endereço**.

9.3 A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

9.3.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.4 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.4.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.5 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 2 (duas) horas, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.6 Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova.

9.7 Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, ou se recusar a assinar o contrato, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente e a respectiva documentação de habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda às exigências do edital.

9.8 Nas hipóteses previstas no item anterior, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, tendo sempre como parâmetro a menor oferta apresentada no certame.

10 DOS RECURSOS

10.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

10.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados por meio do sistema de processo eletrônico do MPES (<https://sei.mpes.mp.br>) ou por solicitação através do e-mail da Comissão Permanente de Licitação: cpl@mpes.mp.br.

11 DA ADJUDICAÇÃO E DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

11.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório e adjudicará o objeto.

11.2 Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou receber o instrumento equivalente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

11.2.1 Considerando a adoção do processo eletrônico sei! (<https://sei.mpes.mp.br>), a assinatura será realizada mediante usuário e senha (assinatura eletrônica) no sei! ou através de certificado digital, conforme acordado entre as partes.

11.2.2 Não poderão ser utilizadas formas diferentes de assinatura em um mesmo documento.

11.3 A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 90, § 1º, da Lei 14.133/2021, quando solicitado pelo licitante vencedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

11.4 Caso adotado o Sistema de Registro de Preços, observar-se-á o procedimento de convocação e assinatura previsto no tópico específico, bem assim o disposto nos itens antecedentes quando da realização das contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços.

11.5 Para a formalização da contratação, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

12 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1 Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei 14.133/2021, o licitante ou adjudicatário que, com dolo ou culpa:

12.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

12.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4 deixar de apresentar amostra, quando solicitado;

12.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3 não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, ou recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.5 fraudar a licitação;

12.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

12.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013;

12.2 Reputar-se-á comportamento inidôneo, exemplificativamente, os tipificados nos arts. 337-F a 337-M do Código Penal e no art. 5º da Lei 12.846/2013, a declaração falsa quanto às condições de participação e quanto ao enquadramento como ME/EPP.

12.3 O licitante ou adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade penal e civil, às seguintes sanções:

12.3.1 advertência;

12.3.2 multa de 0,5% até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado para os lotes em que participou o licitante;

12.3.3 impedimento de licitar e contratar; e

12.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.4 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se além da disciplina legal e regulamentar, o disposto no Termo de Contrato ou no Termo de Referência quanto ao procedimento e outras condições.

12.6 As sanções por atos praticados durante a execução do contrato estão previstas no Termo de Contrato ou no Termo de Referência.

13 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da legislação, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, enviadas para o e-mail **cpl@mpes.mp.br, tornando-se efetiva com a confirmação por meio de e-mail encaminhado pela CPL atestando o recebimento**. Somente serão aceitas impugnações assinadas pelo(s) impugnante(s).

13.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

13.5 Caso o Pregoeiro decida pela improcedência da impugnação ao ato convocatório, deverá encaminhar o processo para a Autoridade Competente – Ordenadora da Despesa – a quem competirá, nesse caso, ratificar ou alterar a decisão do Pregoeiro.

13.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13.7 Qualquer modificação no edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

14 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10 O Ministério Público - ES publicará o extrato da homologação da licitação, no Diário Oficial do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (DIMPES).

14.11 Os casos omissos serão decididos pela Pregoeiro em conformidade com as disposições constantes das Legislações citadas neste edital.

14.12 O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o local da realização do certame, considerado aquele a que está vinculado ao Pregoeiro.

14.13 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.mpes.mp.br no menu "Licitações", na opção "Pregão Eletrônico".

Tammy Bussolotti
Pregoeira CPL/MPES

Elda Márcia Moraes Spedo
Subprocuradora-Geral de Justiça Administrativa

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2026

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 003/2026

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DE DESPESAS DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL E LAVAGEM DE VEÍCULOS

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de Gerenciamento e controle de frota, mediante sistema informatizado e tecnologia de pagamento por meio de cartão magnético, visando ao abastecimento de combustível gasolina, diesel, álcool e lavagem dos veículos próprios, locados e equipamento que pertencem a frota do MP-ES, para atender às necessidades administrativas do Ministério Público do Estado do Espírito Santo;

1.1.1 Todas as transações devem ser operacionalizadas por meio de cartão magnético, nas redes de estabelecimentos credenciadas, individualizado por veículo, por intermédio de implantação e operação de Sistema Informatizado via WEB, próprio da Contratada.

1.2. Caracterização do objeto como comum

1.2.1. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços comuns, uma vez que apresentam padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, passíveis de descrição clara e precisa no presente Termo de Referência, com base em especificações usuais de mercado, amplamente conhecidas e praticadas pelos potenciais fornecedores.

1.3. Divisão em lotes

1.3.1 O objeto é composto de um único item, não sendo passível a divisão do mesmo em lotes.

1.4. Definição dos quantitativos

1.4.1. Os quantitativos para a contratação foram baseados na observação da utilização histórica dos serviços nos últimos três exercícios/vigências contratuais.

a) Os dados levantados são as seguintes:

Abastecimento e Lavagem			
Exercício/período	Instrumento	Valor previsto	Valor executado
2023	Contrato MP n.º 022/2021	R\$ 576.504,50	R\$ 455.895,57
2024	Contrato MP n.º 022/2021	R\$ 576.504,50	R\$ 493.011,79
2025	Contrato MP n.º 022/2021	R\$ 576.504,50	R\$ 557.161,96

b) Com base nos valores executados nos contratos de combustível e serviços de lavagem nos anos de 2024 e 2025, verificou-se um aumento de 13%.

c) Considerando o valor executado em 2025 (R\$ 557.161,96), acrescido de 13%, bem como o aumento da demanda por veículos junto ao Serviço de Transporte e a elevação dos preços dos combustíveis na rede credenciada, estima-se um acréscimo total de 23% em relação a 2025.

d) Dessa forma, o valor estimado do novo contrato é de R\$ 685.309,20, assim distribuído:

d.1) Combustível: R\$ 657.896,84;

d.2) Serviço de lavagem: R\$ 27.412,36.

e) Considerando que a contratação se dará com base na taxa de administração, o Serviço de Compras, a partir de pesquisa de mercado, estimou a taxa de referência em **2,33%**.

f) **Registra-se que, nos contratos anteriores, a taxa de administração praticada é negativa, sendo atualmente de -4,71%.**

A relação dos itens que compõem a contratação, suas quantidades e especificação segue o estabelecido na tabela abaixo.

QUANTITATIVO ESTIMADO ANUAL:

LOTE ÚNICO

OBJETO	PRODUTO/ SERVIÇO	QUANT. ESTIMADA	VALOR ESTIMADO R\$	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO
Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de Gerenciamento e controle de frota, mediante sistema informatizado e tecnologia de pagamento por meio de cartão magnético, visando ao abastecimento de combustível gasolina, diesel, álcool e lavagem dos veículos próprios, locados e equipamento que pertencem a frota do MP-ES, para atender às necessidades administrativas do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, conforme Termo de Referência.	COMBUSTÍVEL (LITROS)	100.000	657.896,84	
	LAVAGEM EXTRA	400	27.412,36	
	LAVAGEM INTERNA E EXTERNA (COM ASPIRAÇÃO)	220		
	SUBTOTAL			

1.5. Prazo de vigência

1.5.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do primeiro dia útil subsequente à publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Ministério Público do Estado do Espírito Santo – DIMPES, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.6. Adesão à ata por outros órgãos

1.6.1. Não se aplica.

1.7. Participação de consórcio de empresas

1.7.1. Não será permitida a participação de consórcio de empresas.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Portaria PGJ nº 1.133, de 26 de dezembro de 2023 e, demais normativas aplicáveis a contratação.

2.2. A contratação de empresa especializada em prestação de serviços de Gerenciamento de frota, mediante sistema informatizado e tecnologia de pagamento por meio de cartão magnético, visando ao abastecimento de combustível, gasolina, diesel, álcool e lavagem da frota do MP-ES. Para atender às necessidades dos abastecimentos dos veículos que ficam a disposição dos Gabinetes dos Procuradores de Justiça, Promotorias de Justiça da Grande Vitória e Interior do estado, Centros de Apoio, Grupos de Trabalho, e as unidades administrativas do MP-ES, e todos os veículos que vem pertence a frota do MP-ES.

2.2.1 Todas as transações devem ser operacionalizadas por meio de cartão magnético, nas redes de estabelecimentos credenciadas, individualizado por veículo, por intermédio de implantação e operação de Sistema Informatizado via WEB, próprio da Contratada.

2.3. O não atendimento da necessidade poderá ocasionar a curto e longo prazo os seguintes prejuízos à instituição: a falta de combustível e lavagem para os veículos, para realização os deslocamentos de Membras (os), para cumprir suas agendas institucionais e realizar as demandas administrativas, da Unidade do MP-ES, tanto na Grande Vitória e no interior do estado.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. O abastecimento de combustível e lavagem pretendida visa executar um conjunto de atividades, para assegurar plena capacidade e condições de funcionamento contínuo, seguro e confiável dos ambientes de trabalho administrativo.

3.2. A solução que melhor atende às necessidades da Administração é a Contratação de especializada em prestação de serviços de Gerenciamento de Frota, mediante sistema informatizado e tecnologia de pagamento por meio de cartão magnético, visando o abastecimento de combustível e lavagem da frota do MP-ES, para atender às necessidades administrativas do Ministério Público do Estado do Espírito Santo;

3.3. Todas as transações devem ser operacionalizadas por meio de cartão magnético, nas redes de estabelecimentos credenciadas, individualizado por veículo, por intermédio de implantação e operação de Sistema Informatizado via WEB, próprio da Contratada.

3.4. A solução encontrada para atender a demanda apresentada consiste na contratação de empresa especializada nos serviços técnico especializado (abastecimento de combustível e lavagem). O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que interrupção possa comprometer a continuidade das atividades da Administração e cuja necessidade de contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a necessidade para dar condições de mobilidade da frota veículos desta Instituição, para cumprimento das atividades essenciais, e deverão observar as disposições contidas no Termo de Referência, nos normativos federais e distritais que versem sobre o presente objeto.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos de sustentabilidade:

4.1.1. Os critérios de sustentabilidade foram inseridos na descrição do objeto.

4.2. Requisitos relacionados a Subcontratação do objeto:

4.2.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, uma vez que este consiste em sistema de gerenciamento de cartões, cuja execução deve ocorrer de forma integrada e sob responsabilidade direta da contratada.

4.3. Requisitos de Garantia Contratual:

4.3.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, no percentual de 5% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato..

4.4. Requisitos relacionados a transição contratual:

4.4.1. O Contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

4.5. Requisitos relacionados a assistência técnica e garantia do material:

4.5.1. Não se aplica garantia de material ou bem físico, uma vez que o objeto consiste na prestação de serviços, observado o disposto quanto à garantia da execução dos serviços nos itens 4.6 e seguintes.

4.6. Forma de prestação da garantia

4.6.1 Todos os serviços executados com imperícia serão garantidos pelo licitante contratado, inclusive o custo das peças danificadas em função da imperícia, se for o caso;

4.6.2 Em caso de constatação de falhas na prestação dos serviços, a contratada deverá repará-los, devendo a garantia ser prestada nas mesmas condições originais de requisitos.

4.7. Prazo de execução da garantia

4.7.1. Não se aplica.

4.8. Requisitos relacionados a indicação de marcas e modelos:

4.8.1. Não se Aplica.

4.9. Requisitos relacionados a vistoria:

4.9.1. Não se aplica

4.10. Requisitos Obrigacionais

4.10.1. Obrigações da Contratante

4.10.1.1. Indicar servidor para exercer a função de gestor do Contrato, incumbido de prestar todas as orientações, esclarecimentos, informações, bem como zelar pela implementação e manutenção das condições adequadas a que os serviços possam ser realizados dentro das normas estabelecidas neste Termo de Referência;

4.10.1.2. O Contratante poderá indicar um ou mais fiscais, que auxiliarão o gestor na fiscalização e execução do contrato;

4.10.1.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por um representante especialmente designado pela autoridade competente do MPES, da Lei Federal n.º 14.133/2021;

4.10.1.4. Rejeitar no todo ou em parte os serviços que não atendam aos requisitos constantes às especificações do Termo de Referência, notificando a CONTRATADA por escrito sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021;

4.10.1.5. Notificar a CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais falhas ou imperfeições na execução dos serviços, fixando prazo para sua correção, e aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;

4.10.1.6. Emitir, por intermédio da Administração do MPES, pareceres sobre os atos relativos à execução do contrato, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Termo de Referência e à proposta de aplicação de sanções;

4.10.1.7. Tornar disponíveis as instalações e os equipamentos necessários à prestação dos serviços, quando for o caso;

4.10.1.8. Dar conhecimento dos termos deste Termo de Referência aos portadores dos referidos instrumentos periféricos do sistema destinados aos veículos, bem como orientá-los à correta utilização dos mesmos, a fim de que sua finalidade não seja desvirtuada;

4.10.1.9. O gestor do contrato acompanhará os serviços de forma global, especialmente quanto a sua qualidade, quantidade e efetividade, em relação ao objeto contratado;

4.10.1.10. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

4.10.1.11. Fornecer à licitante vencedora o cadastro completo e atualizado dos veículos da frota, administrador, condutores, demais usuários e centros de custo;

4.10.1.12. Rejeitar no todo ou em parte os serviços e/ou soluções executados em desacordo com as obrigações assumidas pela licitante vencedora;

4.10.1.13. Notificar a licitante vencedora, por escrito, a ocorrência de irregularidade ou incompatibilidade do serviço prestado com as condições e especificações do presente Termo de Referência, ou, ainda, infringência de quaisquer disposições legais, regulamentares ou contratuais, bem como inadequação de produtos e serviços aos fins a que se destinam, para efeito de reparo, correção, remoção, substituição, ajustamento de conduta e eventual aplicação das sanções cabíveis;

4.10.1.14. Permitir livre acesso dos empregados identificados pela Contratada para comunicação com o Contratante;

4.10.1.15. O MP-ES se reserva ao direito de, a qualquer tempo, exigir o afastamento do estabelecimento credenciado pela Contratada, uma vez que constatado o não atendimento das condições exigidas ou incompatível com a função atribuída;

4.10.1.16. Pagar à CONTRATADA o preço estabelecido, nos termos do Contrato;

4.10.1.17. Cumprir as condições de pagamento estabelecidas no contrato;

4.10.1.18. Efetuar os pagamentos das notas faturas apresentadas pela CONTRATADA, conferir, receber e atestar as Faturas de cobrança emitidas pela CONTRATADA, conforme o prazo e as condições estabelecidos no presente instrumento, prestando as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela mesma;

4.10.1.19. Manter atualizado o cadastro dos veículos e condutores no sistema da Contratada;

4.10.1.20. Habilitar, desabilitar e até mesmo cancelar definitivamente os cartões individuais via sistema, por intermédio do gestor de contrato designado;

4.10.1.21. Fornecer, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a partir da assinatura do contrato, o cadastro completo dos veículos, motoristas e condutores autorizados, contendo todos os dados necessários ao seu registro, quais sejam:

1. Tipo da frota (própria, terceiros, locada);
2. Número da frota;
3. Placa;
4. Marca;

5. Motorização;
6. Modelo;
7. Ano de fabricação;
8. Combustível (gasolina, diesel, etanol, etc.);
9. Lotação – Unidade Organizacional / Cidade;
10. Hodômetro;
11. Nome, matrícula e lotação dos motoristas e condutores autorizados.

4.10.1.22. Promover o cadastramento dos funcionários que terão acesso ao sistema, do **gestor**, com poderes de alteração de limites de crédito, realizar cadastro de veículos, cadastro de motoristas, responsabilizando-se pela troca da senha dos mesmos em caso de desligamento, férias ou mudança de setor ou ainda de transferência para outro Órgão, se for o caso.

4.10.2. Obrigações da Contratada

4.10.2.1. A Contratada deverá disponibilizar acesso a software, em ambiente web para gerenciamento compartilhado da frota da Contratante, sendo de sua responsabilidade o cadastramento de todos os veículos e equipamentos que a integram no momento da contratação, e cada novo veículo ou equipamento adquirido pela Contratante.

4.10.2.2. Realizar a prestação dos serviços de acordo com o objeto do presente termo de referência;

4.10.2.3. Implantar sua rede credenciada, observando o quantitativo mínimo de estabelecimentos previsto no ANEXO II deste Termo de Referência, no prazo de até 20 (vinte) dias a partir da assinatura do contrato;

4.10.2.4. Fornecer sistema informatizado de gerenciamento, que processe informações via WEB, com os relatórios necessários para o controle de abastecimento e lavagem da frota;

4.10.2.5. O atendimento dos serviços deverá ocorrer, por intermédio de rede de estabelecimentos credenciados, disponibilizada pela empresa Contratada, observados os quantitativos mínimos definidos pelo contratante;

4.10.2.6. Atender o quantitativo estimado de veículos constante da frota do MP-ES ANEXO II, assim como atender os veículos que vierem a ser adquiridos ou colocados à disposição desta Instituição;

4.10.2.7. A Contratada deverá disponibilizar durante a vigência do Contrato, sem ônus ao Contratante, programa de capacitação dos gestores envolvidos na utilização do sistema, sempre que solicitado;

4.10.2.8. A empresa vencedora deverá disponibilizar um representante que possa sanar as dúvidas e problemas que vem ocorrendo, para prestar esclarecimentos e atender *in loco* às solicitações que porventura surgirem durante a execução do contrato;

4.10.2.9. A empresa vencedora deverá disponibilizar uma central de atendimento, nos termos do item 5.7.2;

4.10.2.10. Prover suporte técnico presencial ou por telefone e acesso remoto, sem custo para o Contratante;

4.10.2.11. A Contratada deverá emitir cartão magnético ou microprocessado para cada veículo, permitindo no mínimo:

- No ato da transação da execução do serviço, identificar o condutor usuário a partir da conferência dos dados que foram cadastrados no sistema da Contratada;
- Que seja solicitado diretamente no sistema informatizado da Contratada;
- Que possa ser cancelado, em caso de necessidade;
- O fornecimento e a distribuição dos cartões são de inteira responsabilidade da Contratada, sem ônus adicional para o Contratante, inclusive nos casos de trocas e substituições, extravio ou incorporação de novos veículos à frota;
- Fornecimento de cartão com senha pessoal e intransferível por condutor, gratuitamente os cartões magnéticos para cada veículo cadastrado e informado pelo Contratante, inclusive para os casos de perda, extravio ou incorporação de novos veículos automotores à frota;

4.10.2.12. Responsabilizar-se tecnicamente pelos serviços prestados e produtos oferecidos pelas credenciadas, uma vez que o vínculo contratual do MP-ES será mantido com a gerenciadora, e não com as credenciadas;

4.10.2.13. A Contratada é a única responsável pelo pagamento da rede credenciada;

4.10.2.14. Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei Federal n.º 14.133/2021, sempre que necessário, com o Contratante;

4.10.2.15. Fornecer, de imediato, a relação atualizada de fornecedores credenciados, sempre que solicitado pelo Contratante;

4.10.2.16. Manter os empregados sujeitos às normas disciplinares do Contratante, porém sem qualquer vínculo empregatício com esta, cabendo à Contratada todos os encargos e obrigações trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de transporte resultantes da execução do Contrato;

4.10.2.17. A Contratada deverá permitir, por meio de processo batch (assíncrono), a carga em massa da frota do MP-ES. O arquivo gerado pela Instituição poderá ser em formato de arquivo de texto ou planilha em formato Excel;

4.10.2.18. Manter, por tempo indeterminado ou até autorização em contrário do MP-ES, a devida confidencialidade, requerida ou não, de quaisquer dados e/ou informações pertencentes ao Órgão ou por ele tratados ou custodiados e aos quais a Contratada e seus representantes terão acesso ou conhecimento, incluindo aqueles relativos aos negócios existentes ou em desenvolvimento pelas partes, seja verbalmente, por escrito ou visualmente (inclusive mantendo sigilo interno, quando aplicável, necessário ou solicitado), não os comercializando, reproduzindo, cedendo ou divulgando para pessoas não autorizadas a acessá-los ou conhecê-los, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, sejam quais forem as formas ou os meios utilizados – exceto quando necessário, justificável e autorizado pelo MP-ES;

4.10.2.19. A Contratada deverá atender, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, quaisquer notificações do MP-ES, relativas a irregularidades praticadas por seus empregados, bem como ao descumprimento de qualquer obrigação contratual;

4.10.2.20. Arcar com os eventuais prejuízos causados ao MP-ES ou a terceiros em decorrência da execução dos serviços, que resultem em indenização, seja ela de qualquer natureza;

4.10.2.21. Garantir que a rede credenciada utilize ferramentas adequadas e recomendadas em especificações técnicas e manuais dos fabricantes dos veículos;

4.10.2.22. Garantir que a rede credenciada substitua, em caso de necessidade, as peças e componentes por peças novas e originais de reposição;

4.10.2.23. Os serviços de abastecimento e lavagem nos veículos deverão atender, rigorosamente, às normas técnicas aplicáveis e recomendações dos fabricantes;

4.10.2.24. Prestar todos os esclarecimentos técnicos solicitados pelo MP-ES, relacionados à execução dos serviços;

4.10.2.25. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados aos veículos e a outros bens de propriedade do MP-ES, desde que, comprovadamente, tenham ocorrido quando da prestação dos serviços;

4.10.2.26. Disponibilizar o sistema integrado de gerenciamento de frota veicular, sem ônus para o Contratante, bem como arcar com todas as despesas com a manutenção, custos e equipamentos utilizados na operação do sistema;

4.10.2.27. Garantir a total compatibilidade do sistema integrado de gerenciamento de frota com a infraestrutura de Tecnologia da Informação instalada no Contratante;

4.10.2.28. Manter rede de fornecedores credenciados conforme as exigências deste Termo de Referência, durante toda a vigência da prestação dos serviços;

4.10.2.29. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços contratados ou realizados pelos fornecedores credenciados, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização do Contratante em seu acompanhamento;

4.10.2.30. Instruir os fornecedores credenciados a emitir as Notas Fiscais de lavagem e combustível em nome da contratante o MP-ES.

4.10.2.30.1. Nas notas fiscais que se referem ao serviço de lavagem, deverão conter o ISS, respeitando alíquota de cada município.

4.10.2.31. Responsabilizar-se pelo pagamento aos fornecedores credenciados decorrentes do consumo de produtos e serviços efetivamente realizados, repassando prontamente o pagamento, ficando claro que o Contratante não responde solidária ou subsidiariamente por esse pagamento;

4.10.2.32. Comunicar ao Contratante, imediatamente, quando da inclusão ou exclusão de fornecedores credenciados, bem como quaisquer fatos ou anormalidades que por ventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado dos serviços;

4.10.2.33. Responsabilizar-se civil e criminalmente por qualquer descumprimento das disposições legais, inclusive por acidentes decorrentes da sua ação ou omissão e pelos danos causados ao Contratante ou a terceiros, decorrentes da execução dos serviços;

4.10.2.34. Disponibilizar arquivo eletrônico relativo às operações realizadas, por veículo, de maneira a se proceder continuamente o gerenciamento e controle da frota;

4.10.2.35. Manter nos estabelecimentos dos fornecedores integrantes da rede credenciada, em local bem visível, a identificação de sua adesão ao credenciamento da licitante vencedora;

4.10.2.36. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução dos serviços fornecidos;

4.10.2.37. Estar ciente que para a implantação do sistema não será permitida modificação e/ou instalação de equipamentos nos veículos da frota do Contratante;

4.10.2.38. Buscar atender às solicitações de credenciamento de fornecedores sugeridas pelo Contratante;

4.10.2.39. Disponibilizar ao Contratante todas as melhorias implementadas ao sistema, sem custo adicional.

4.10.2.40. A ação do fiscal e/ou gestor do Contrato não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, até mesmo perante terceiros, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes e prepostos na Lei Federal n.º 14.133/2021;

4.10.2.41. O Contratante poderá proceder a vistorias nas dependências dos estabelecimentos para emissões de relatórios da estrutura física e equipamentos visando ao credenciamento ou não dos estabelecimentos que prestarão serviços para o MP-ES;

4.10.2.42. Os serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações constantes neste instrumento deverão ser refeitos pela Contratada;

4.10.2.43. A Contratada deverá manter o Contratante informado mensalmente sobre o repasse dos pagamentos feitos às empresas credenciadas, bem como dos requisitos de habilitação das mesmas exigidas;

4.10.2.44. A Contratada deverá exigir do credenciado termo de compromisso de responsabilidade quanto a possíveis sinistros que venham a ocorrer com os veículos sob a guarda do seu estabelecimento, devendo a Contratada apresentar no momento da vistoria técnica o comprovante do termo assinado pelas partes;

4.10.2.45. A qualquer tempo o Contratante poderá exigir os termos de compromisso de prestação de serviço entre a Contratada e suas Credenciadas;

4.10.2.46. Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços, o MP-ES se reserva ao direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por meio de servidor, designado como gestor e/ou fiscal do contrato, permitida a assistência de terceiros;

4.10.2.47. A empresa vencedora deverá disponibilizar um preposto para resolver tudo sobre o contrato.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Para o abastecimento da frota de veículos e geradores da frota do MP-ES, a Contratada fornecerá cartões magnéticos para cada veículo da frota e gerador, relacionada no Anexo I, onde deverá estar impresso o nome do Ministério Público do Estado do Espírito Santo e, o modelo do veículo, e a placa.

5.1.2 O limite do cartão será determinado pela Contratante, que poderá ser alterado a qualquer tempo.

5.1.3. A emissão inicial dos cartões será sem ônus para a Contratante, assim como a cada acréscimo de novo bem na frota do MP-ES, toda vez que for solicitados novos cartões.

5.1.4 A utilização dos cartões magnéticos se dará através do uso de uma **senha individual para cada condutor** do veículo e gerador, de forma que o responsável pelo abastecimento seja identificado. Este sistema deve permitir que qualquer veículo seja abastecido por qualquer servidor cadastrado, em qualquer posto da rede credenciada, possibilitando ainda, a emissão de relatórios, a qualquer tempo.

5.1.5 Será fornecido pela contratada cartões curingas, para ficarem disponíveis no Serviço de Transporte, caso haja necessidade de vincular um cartão a um veículo com urgência.

5.1.6. Os **cartões deverão ser entregues** no seguinte endereço; Ministério Público do Estado do Espírito Santo, Rua Procurador Antônio Benedicto Amancio Pereira, nº 121, Bairro Santa Helena - Ed. Promotor Edson Machado - Vitória - ES - CEP: 29055-036 , no **prazo máximo de 7 (sete) dias úteis** a contar da assinatura do contrato.

5.1.7 A Contratada deverá garantir o abastecimento quando o sistema estiver off line, sem prejuízos para a Contratante.

5.1.8. Os relatórios de consumo médio de combustível(km/l) e/ou hora trabalhada, disponibilizados por meio eletrônico deverão acumular, mensalmente, as informações de todos os abastecimentos e lavagem realizados por um período mínimo de 12 (doze) meses.

5.1.9. Os relatórios de consumo médio de combustível deverão contemplar a quantidade total de litros abastecidos, o valor em reais e o preço médio do litro do combustível. Sua visualização deverá ser discriminada por localidade de abastecimento ou qualquer outro termo, a fim que identifique separadamente.

5.1.10. A Contratada deverá manter junto aos postos credenciados uma regularidade na informação das postagens de cobrança, de forma que o período entre a transação no abastecimento e a efetiva cobrança seja o menor possível.

5.1.11. Manter sempre atualizado, junto à Contratada, a rede de postos conveniados.

5.1.12. Disponibilizar serviço de bloqueio e desbloqueio dos cartões no período de 24 horas, para o caso de perda e roubo, bem como uma central de atendimento para solucionar possíveis dúvidas, mesmo nos finais de semana e feriados.

5.1.13. Responsabilizar-se pelo cumprimento do estipulado em contrato, não transferindo total ou parcialmente o seu objeto.

5.1.14. Apresentar, mensalmente, junto com a nota fiscal para pagamento, relatório detalhado, separado por veículo e/ou equipamento, informando dados do abastecimento, como: nome do motorista, do posto, hora do abastecimento, data, quantidade de combustível utilizado e valor do litro do combustível.

5.1.15. Disponibilizar na web (site), os relatórios de consumo em litros e de despesa em reais por veículo e equipamentos, para que a Contratada possa conferir com os valores discriminados na fatura mensal.

5.1.16. Para execução dos serviços objeto do presente Termo de Referência, a Contratada deverá fornecer um sistema informatizado via internet – WEB, que possibilite a obtenção de e serviços especializados de abastecimento e lavagem de veículos por intermédio da rede de lojas, e estabelecimentos diversos credenciados pela Contratada, para atender a frota de veículos do MP-ES, que propiciará gestão e controle detalhado das informações à Contratante.

5.1.17. Credenciar, junto ao órgão gerenciador, um Assessor Técnico da Contratante, que atuará ininterruptamente durante toda a vigência do contrato, para prestar esclarecimentos, acompanhar, atender às reclamações e demandas que porventura surgirem durante a execução do contrato, fornecendo telefones fixos, celulares, fax, endereços eletrônicos e todo e qualquer outro meio de comunicação que possibilite permanente e irrestrito contato Contratante–Contratada, inclusive fora dos dias e horários normais de atendimento, finais de semana e feriados.

5.1.18. Providenciar, sempre que solicitado pelo órgão gerenciador, o credenciamento de algum novo estabelecimento quando, atendimento que não esteja sendo considerado satisfatório e que haja necessidade de ampliação de atendimento por parte da Contratante ou por quaisquer outras questões técnicas.

5.1.19. Disponibilizar sistema de gerenciamento integrado que ofereça relatórios gerenciais de controle das despesas.

5.1.20. Prover uma forma alternativa para garantir a continuidade dos serviços contratados, no caso da impossibilidade de se efetuar a transação em meio eletrônico.

5.1.21. Possibilitar migração de todos os dados constantes em sua base de dados referentes aos veículos da Contratante, com vistas a alimentação de banco de dados da própria Contratante.

5.1.22. A Contratada deverá disponibilizar acesso a software, em ambiente web para gerenciamento compartilhado da frota da Contratante, sendo de sua responsabilidade o cadastramento de todos os veículos e equipamentos que a integram no momento da contratação, e cada novo veículo ou equipamento adquirido pela Contratante.

5.1.23. Investimentos, sistemas, treinamentos, credenciamento e prazos.

5.1.24. Todo o investimento necessário à implantação do sistema, como a instalação dos equipamentos de leitura, softwares de gravação e transmissão de dados, credenciamento da rede de empresas fornecedoras, manutenção do sistema e treinamento de pessoal, fornecimento de manuais de operação e tudo que se fizer necessário para o bom funcionamento do sistema, será de responsabilidade da Contratada, não cabendo nenhum ônus adicional à Contratante, não sendo permitida qualquer alegação de incompatibilidade com os sistemas de informação utilizados pelo órgão gerenciador.

5.1.25. A implantação do sistema informatizado de gerenciamento de abastecimento lavagem de veículos, de suas funcionalidades, de operacionalização e apresentação de rede credenciada capaz de suprir as necessidades da Contratante, deverá ocorrer num **prazo máximo de 10 (dez) dias corridos**, contados a partir da data de assinatura do contrato.

5.1.26. Os usuários que serão habilitados ao uso do sistema deverão ser cadastrados no prazo máximo de 5 (cinco) dias, após informações prestadas pela Contratante.

5.1.27. Para a implantação do sistema não poderá ocorrer modificação e/ou instalação de equipamentos nos veículos e equipamentos.

5.1.28. A Contratada deverá ministrar treinamento inicial, em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, a gestores e/ou fiscais indicados pela Contratante, que estarão diretamente envolvidos na utilização do sistema de informação a ser disponibilizado, sem qualquer custo adicional a ser faturado.

5.1.29. Quando houver alteração de funcionalidades do sistema que afetem diretamente a operação, ou substituição de fiscais, a atualização de conhecimento poderá, a critério da Contratante, ser aplicado por meio de treinamento presencial ou ferramenta eletrônica capaz de suprir a necessidade.

5.1.30. A critério da Administração Pública, havendo necessidade de credenciamento de novos estabelecimentos, o prazo para conclusão do credenciamento será de 20(vinte) dias corridos a partir da solicitação da Contratante, e caso não seja efetivado, deverá ser apresentada justificativa, por escrito ao fiscal responsável.

5.1.31. A Contratada deverá efetuar treinamentos regulares aos seus credenciados, dando todo o suporte desde o momento inicial, até a duração do contrato, solucionando todas as questões que envolvam quaisquer dificuldades que o credenciado possa ter, que inviabilize ou retarde o pronto atendimento à Contratante.

5.1.32. A Contratada deverá oferecer canal permanente de comunicação com o credenciado, fornecendo-lhe todos os meios para sanar seus questionamentos, como telefones fixos, celulares, e-mails, etc.

5.2. DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

5.2.1. ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO OBJETO

5.2.1.1. A Contratada, por meio de sua rede de credenciada, prestará serviços, observando as especificações, que incluem:

***Abastecimento de combustível:**

1-Gasolina Comum.

2-Diesel.

3-Diesel S10.

4-Álcool.

***Lavagem:**

Modalidade 1- Lavagem simples externa.

Modalidade 2- Lavagem interna e externa, com aspiração incluída.

5.2.2. Sistemas para Execução dos Serviços:

a) Sistema de gerenciamento integrado, oferecendo relatórios gerenciais de controle das despesas decorrentes da utilização dos itens constantes no item 5.2.1.1.;;

b) Sistemas operacionais para processamento das informações nos equipamentos periféricos do sistema destinados aos veículos e terminais;

c) Equipamentos periféricos e cartão eletrônico para cada veículo e equipamento;

d) Informatização dos dados de consumo de combustível, quilometragem, custos, identificação do veículo, identificação do portador e respectiva unidade organizacional, data, horário, tipo e quantidade de combustível e/ou serviço realizado, a serem alimentados por meio eletrônico em base gerencial de dados disponíveis para o gestor do contrato;

e) Processo de consolidação de dados e emissão de relatórios, via *web (internet)*, para o gestor do contrato indicado pelo MP-ES;

f) Abastecimento de combustíveis e lavagem de veículos;

f.1) Os combustíveis a que se refere o item anterior são: **Álcool, Diesel, Diesel S10 e Gasolina Comum.**

g) Integração com o banco de dados do sistema de Frota do MP-ES, após sua implantação;

g.1) A integração tratada na letra “g” será para que o sistema do fornecedor faça acesso às informações do veículo e do condutor envolvidos no abastecimento do veículo;

h) Sistemas operacionais para processamento das informações do MP-ES pela web (internet).

5.2.3. Rede Credenciada:

a) A rede de postos de abastecimento deverá estar equipada para aceitar transações com cartões eletrônicos dos veículos e equipamentos do MP-ES;

a.1) No caso da impossibilidade de se efetuar a transação em meio eletrônico, prover forma alternativa para garantir a continuidade dos serviços contratados;

a.2) A rede credenciada de postos deverá fornecer combustíveis no valor estabelecido na bomba/dia, a preço de à vista, na ocasião do abastecimento, bem como deverá prestar os serviços utilizando os valores praticados no mercado, a preço de à vista, por ocasião da demanda;

b) A Contratada deverá possuir sistema tecnológico integrado para viabilizar o pagamento dos serviços utilizados pelos veículos e equipamentos do MP-ES, junto aos postos de abastecimento;

c) A rede credenciada deverá fornecer os seguintes combustíveis: gasolina comum, álcool comum, diesel, diesel S10 e outros combustíveis compatíveis com novos veículos e equipamentos, que sejam adquiridos pelo Contratante.

5.2.4. Fornecimento do Cartão de Identificação dos Veículos pela Contratada:

a) Deverá ser fornecido cartão único eletrônico de identificação do veículo que possibilite, no ato da transação de abastecimento, identificar o motorista com os dados que foram cadastrados no sistema da Contratada;

b) A solicitação do cartão deve ser diretamente dentro do sistema da Contratada;

c) A emissão do cartão deve ser por veículo/equipamento cadastrado no sistema da Contratada;

d) Os cartões deverão estar associados a apenas um único veículo/equipamento, para uso por meio de senha pessoal;

e) Caberá ao gestor do contrato designado pelo MP-ES habilitar, desabilitar e até mesmo cancelar definitivamente, via sistema, o cartão individual, bem como autorizar crédito adicional ao cartão, mediante justificativa que deverá ficar armazenada no sistema;

f) O cartão disponível para abastecimento deverá funcionar por meio de senha pessoal e intransferível;

g) O fornecimento dos cartões é de inteira responsabilidade da Contratada sem ônus adicional para o MP-ES, inclusive as trocas e substituições;

§ 1º - O MP-ES se reserva o direito de, a qualquer tempo, exigir o afastamento de um ou de todos os estabelecimentos credenciados pela Contratada, uma vez constatado o não preenchimento das condições exigidas para os serviços a serem executados ou que se portem de modo inconveniente ou

incompatível com a função que lhes foi cometida;

h) A empresa vencedora da licitação é obrigada, a fornecer assim que solicitado pelo Serviço de Transporte do MP-ES, a quantidade necessária de cartões CURINGA, para deixar de reserva, para serem vinculados aos veículos locados, para Eventos, Seminários, Reuniões, Congressos e Operações, sem ônus ao MP-ES.

i) Local para entrega dos cartões magnéticos, senhas e outros serviços, considerar o seguinte endereço: Ministério Público do Estado do Espírito Santo, Rua Procurador Antônio Benedicto Amancio Pereira, nº 121, Bairro Santa Helena - Ed. Promotor Edson Machado - Vitória - ES - CEP: 29055-036, no **prazo máximo de 7 (sete) dias úteis** a contar da assinatura do contrato.

5.2.5. Lavagem dos veículos pertencentes à frota do MP-ES:

Os serviços de lavagem dos veículos da frota MP-ES, tanto os de sua propriedade quanto os veículos locados pelo mesmo, compreendem as seguintes modalidades:

1. MODALIDADE 1 - Lavagem simples externa;
2. MODALIDADE 2 - Lavagem interna e externa, com aspiração incluída.

5.2.6. Da execução dos serviços de lavagem de veículos:

5.2.6.1. Para execução dos serviços, a Contratada deverá aplicar as melhores técnicas existentes no mercado;

5.2.6.2. A prestação dos serviços será executada apenas nos veículos e equipamentos pertencentes ao Ministério Público do Espírito Santo, sejam próprios ou locados, desde que estejam devidamente cadastrados no Sistema Informatizado de Abastecimento;

5.2.6.3. Os condutores dos veículos do MP-ES poderão solicitar os serviços de lavagem aos postos credenciados;

5.2.6.4. Ao receber o veículo para realizar os serviços, a Contratada, por meio da rede credenciada, deverá verificar qual a modalidade de lavagem e somente esta poderá ser executada, sendo totalmente vedado(s) outros serviços, mesmo que solicitado(s) pelo condutor do veículo;

5.2.6.5. Os postos deverão estar devidamente autorizados pelos órgãos ambientais a realizar os serviços de lavagem de veículos, respeitando rigorosamente a legislação vigente.

5.2.7. Instrumentos Periféricos Destinados aos Veículos:

5.2.7.1. Cada cartão destinado ao veículo/equipamento é de uso exclusivo do veículo/equipamento nele identificado, não sendo permitida a utilização deste para qualquer outro veículo, sendo responsabilidade do MP-ES o monitoramento sobre os motoristas e usuários do sistema;

5.2.7.2. O cartão destinado ao veículo permanecerá como propriedade exclusiva do MP-ES, devendo ser descartado em caso de término ou rescisão do presente contrato;

5.2.7.3. Na hipótese do crédito tornar-se insuficiente por motivos alheios à gestão (ocorrências operacionais não programadas, tarefas extras, entre outros), apenas o responsável pela gestão dos veículos, e devidamente autorizado pelo MP-ES, poderá realizar um crédito adicional, somente para o período necessário;

5.2.7.4. Para o abastecimento e demais serviços, o sistema deverá imprimir no comprovante de transação as informações abaixo, independentemente de solicitação prévia do portador e sem custo adicional para o MP-ES, indispensáveis à manutenção da segurança e controle do sistema:

- O saldo remanescente do instrumento periférico do sistema destinado ao veículo;
- O hodômetro do veículo no momento do abastecimento;
- O nome do estabelecimento comercial onde foram efetivados quaisquer dos itens listados no item 5.2.1.1;
- A data e hora da(s) transação(ões), quantidade de combustível ou serviços efetuados;
- Tipo da mercadoria ou serviço efetuado;
- Valor total da operação e identificação do motorista.

5.2.7.5. Caso haja enganos ou distorções nas transações, a Contratada deverá disponibilizar relatórios que possibilitem a identificação das anomalias, em tempo hábil de correção.

5.2.8. Uso dos Cartões Destinados aos Veículos

5.2.8.1. Para utilização do cartão destinado ao veículo, deverá o portador apresentá-lo ao estabelecimento credenciado onde, através do equipamento da Contratada, serão efetuadas a identificação da placa ou número do veículo, verificação da consistência dos valores de hodômetro, valor pretendido da compra e quantidade e tipo de mercadoria ou serviço adquirido;

5.2.8.2. Finalizada a operação, o portador digitará a senha exclusiva do sistema para autorizá-la, recebendo um termo impresso pelo equipamento, denominado comprovante de transação, contendo todas as informações referentes à compra de mercadorias e serviços realizados no referido estabelecimento, o qual constituir-se-á em título extrajudicial;

5.2.8.3. Em caso de danos involuntários ao cartão do veículo ou do equipamento da Contratada, ou em situações de força maior (falta de energia elétrica, etc.), obriga-se a Contratada a disponibilizar procedimento de compra contingencial, através de serviço de atendimento ao cliente disponível vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana. Este consiste na obtenção por telefone, por parte do estabelecimento credenciado, do número da autorização de compra a ser transcrito para um formulário específico da Contratada, que garanta a manutenção das informações necessárias ao controle e gestão da frota de veículos do MP-ES, visando não prejudicar a continuidade das atividades operacionais da frota do Contratante.

5.2.9. Relatórios e Acesso ao Sistema

5.2.9.1. A Contratada disponibilizará acesso ao MP-ES do seu Sistema Informatizado de Controle de Frotas, o qual possibilitará realizar consultar e emitir relatórios;

5.2.9.2. O MP-ES se compromete a estabelecer o nível de permissão (consulta/administração) do acesso ao Sistema de Controle de Frotas a cada unidade, podendo um ou mais usuários ter acesso completo ou parcial a toda frota, de acordo com suas respectivas responsabilidades;

5.2.9.3. O sistema deverá possibilitar ao gestor designado pelo MP-ES o bloqueio, desbloqueio e troca de senha;

5.2.9.4. Os Relatórios disponibilizados pela Contratada deverão conter, no mínimo, as seguintes informações, acumuladas a partir da contratação dos serviços:

- a) Relação dos Veículos por marca, modelo, ano fabricação, motorização;
- b) Histórico das operações realizadas pela frota, contendo: data, hora, identificação do Estabelecimento, identificação do usuário, mercadoria ou serviço adquirido, quantidade adquirida, valor total da operação e saldo;
- c) Análise e histórico de consumo de combustível (km/l) dos veículos da frota;
- d) Histórico das operações realizadas por usuário previamente autorizado pelo MP-ES;
- e) Descritivo dos limites de crédito distribuídos aos veículos/equipamentos da frota ou grupo de veículos previamente estabelecidos na implantação, disponibilizados pelo MP-ES;
- f) Relatório contendo, por lotação (unidade organizacional) e por veículo o volume de gastos realizados por tipo de combustível e por modalidade de lavagem de veículos;
- g) Demonstrativo de evolução das despesas e de utilização.

5.2.10. Preços

5.2.10.1. Os valores pagos pelos produtos e serviços na rede credenciada de estabelecimentos terão como limite o preço de venda à vista;

5.2.10.2. Preço estimado: O valor total estimado da contratação será definido a partir da coleta de preços e destina-se exclusivamente ao pagamento dos itens previstos no item 5.2.1.1 deste Termo de Referência, para o período de doze meses, servindo unicamente como base de cálculo para aplicação da taxa de administração ofertada, a qual poderá ser positiva ou negativa, conforme disposto no edital;

5.2.10.3. Serviços como consulta de saldo ou qualquer outro tipo de consulta realizados nos estabelecimentos credenciados não poderão ser cobrados;

5.2.10.4. O valor do contrato é estimativo, podendo não ser utilizado na sua totalidade pelo MP-ES;

5.2.10.5. Será vencedora da licitação a empresa que atender às exigências deste Termo de Referência, às exigências legais aplicáveis e apresentar a proposta de menor preço, entendido este como aquele decorrente da menor taxa de administração efetiva ofertada, nos termos do edital.

5.2.11. Local de Prestação dos Serviços nos locais abaixo discriminados:

5.2.11.1 Nos Municípios, conforme ANEXO II, para início da execução dos serviços, nas redes credenciadas.

5.2.11.2 Os serviços deverão ser prestados dentro dos municípios já informados neste Termo de Referência, podendo chegar a 100% dos municípios do Estado do Espírito Santo, podendo também usar a rede credenciada em estados que fazem divisa com o Espírito Santo, como: Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, para realizar notificações de operações que ocorrem dentro do MP-ES.

5.3. SOFTWARE DA CONTRATADA

5.3.1. Dentre outros requisitos o software deverá:

- 1) Ser acessível, via Web, 24 (vinte e quatro) horas por dia em navegadores padrão de mercado, como Mozilla FireFox, Google Chrome ou outro mais moderno que venha a surgir;
- 2) Interligar a Contratada, rede credenciada e Contratante;
- 3) Deverá permitir o cadastro de Centros de Custos e usuário.

Nível 1: Gestor;

4) O nível 1 terá acesso a todas as funcionalidades e relatórios do sistema, emissão de certidões e notas fiscais para pagamento, solicitação de cartões e alteração dos limites de valores de cada veículo, quando necessário;

5) O nível 1 terá acesso a todos relatórios do sistema dos estabelecimentos credenciados;

6) Permitir a distribuição da frota por Centro de Custo;

7) Permitir o gerenciamento do abastecimento e lavagem da respectiva frota;

8) Manter o registro dos acessos (data e hora) e as operações realizadas pelos usuários;

9) Demonstrar e comprovar a operação de acesso ao histórico de alteração/inclusão/exclusão de registro no sistema;

10) Permitir a transferência de veículos entre Centros de Custos, em tempo real;

11) Permitir o cadastro e o controle do saldo de empenho;

12) Bloquear serviços que ultrapassem o saldo de empenho;

13) Conter o registro no banco de dados de todos os veículos com campos para marca, modelo, ano de fabricação, placas, chassis, Centro de Custo onde está lotado, e outros indispensáveis para a transparência e identificação dos referidos veículos, sendo esses dados de preenchimento de caráter obrigatório;

14) Permitir ao gestor, usuário e fiscal a visualização dos menores preços praticados pelas credenciadas, dos seguintes itens, no mínimo, dos últimos 60 dias:

- a. Gasolina;
- b. Diesel;
- c. Diesel S10;
- d. Alcool;
- e. Lavagem Simples;
- f. Lavagem completa.

15) Permitir o cadastro de novos veículos e a exclusão de veículos, bem como solicitar a segunda via de cartões dos veículos cadastrados;

16) Conter relação de estabelecimentos de abastecimento e lavagem dos credenciados, contendo no mínimo os seguintes dados: nome, CNPJ, endereço, telefone e e-mail;

17) Disponibilizar manual do usuário redigido em língua portuguesa, em meio eletrônico no formato .PDF ou .DOC, contendo a descrição de funcionalidades e da forma de operação dos vários módulos componentes da solução, visando possibilitar referência rápida e suficiente para a boa operação por parte dos usuários do sistema;

18) O acesso ao sistema deverá estar disponível, por pelo menos 30 (trinta) dias após o término do contrato, para fins de emissão e backup dos relatórios e faturas.

5.4. RELATÓRIOS DO SOFTWARE

5.4.1. Os Relatórios da Contratada, disponibilizados por meio do programa via WEB, deverão conter, no mínimo, as seguintes informações acumuladas a partir da contratação dos serviços, sendo disponibilizadas online e em tempo real:

- Histórico das operações realizadas pela frota, contendo: Data, hora, identificação do Estabelecimento, identificação do usuário, abastecimento ou serviços adquiridos, quantidades adquiridas, e valores total e unitário de cada operação;
- Histórico das operações realizadas por usuário/fiscal/gestor previamente autorizado pelo MP-ES;
- Histórico das operações realizadas por estabelecimento credenciado;
- Relatório contendo o volume de gastos realizados por tipo de mercadoria ou serviço;
- Relatório de gastos com combustível e serviços para cada veículo, grupo de veículos e Centro de Custo e por quilômetro rodado, com a descrição do serviço e/ou abastecimento trocada;
- Relatório de gastos com abastecimento e lavagem por Centro de Custo;
- Relação dos veículos por tipo, placa, marca, modelo, ano de fabricação, Centro de Custo e limites de valores por veículo;
- Histórico das operações realizadas por condutores previamente autorizados pelo Contratante;
- Histórico das operações realizadas por estabelecimento credenciado;
- Histórico da abastecimento e lavagem dos veículos;
- Relação dos fornecedores credenciados;
- Custo médio por abastecimento e lavagem;
- Relatório geral de garantia dos abastecimento e serviços, por veículo, grupo de veículos e Centro de Custo;
- Relatórios de inconsistências;
- Relatórios de estabelecimentos credenciados;
- Relatório de condutores por veículo;
- Comparativos de desempenho e outras análises de gestão;
- Relatório Analítico de Despesas - Abastecimento**, referente às despesas realizadas no período, contendo, no mínimo, as seguintes informações:
 - Histórico dos abastecimento com os respectivos valores após a aplicação da taxa de administração;
 - Identificação do estabelecimento credenciado (nome e município) onde foi realizada o abastecimento do veículo;
 - Data e hora da transação;
 - Valor dos abastecimento após a aplicação da taxa de administração;
 - Valor total a ser faturado;
 - O relatório deve apresentar as informações de forma geral, por grupo de veículos, por Centro de Custo e por veículo;
 - Identificação do servidor responsável pela autorização dos serviços (nome e registro funcional);
 - Imitir relatório de retenção de IRRF, cujo as empresas aquelas que, são optante pelo Simples Nacional, e as empresas Optante pelo não Simples Nacional, e acordo com os faturamento mensal;
 - Relatório de Retenção Tributárias, (distinguindo cada tipo de serviço/ credenciado/seus dados cadastrais e informando os tributos e respectiva alíquota aplicável em cada transação a depender de cada serviço/produto).

RELATÓRIO DE FATURAMENTO RETENÇÃO - FATURA: 1775976

OS	NF Peças	NF Serviços	Categoria a OS	Data	Placa	Previsão Pcto	CNPJ Unidade	Unidade	CNPJ	Razao	Fantasia	Cidade	UF	Valor Bruto	Valor Líquido	Serviço	Op. Simples Nacional	IR	ISS	PIS	COFINS	CSLL	Valor Retido PCC	Valor Retido IR
----	----------	-------------	----------------	------	-------	---------------	--------------	---------	------	-------	----------	--------	----	-------------	---------------	---------	----------------------	----	-----	-----	--------	------	------------------	-----------------

- “Relatório Analítico de Despesas - Serviços”**, referente às despesas realizadas no período, contendo, no mínimo, as seguintes informações:
 - Histórico dos serviços realizados, com a quantidade e respectivos valores;
 - Identificação do veículo (placa e modelo), Centro de Custo;
 - Identificação do estabelecimento credenciado (nome e município) onde foi realizada o serviço do veículo;
 - Data e hora da transação;
 - Valor dos serviços após a aplicação da taxa de administração;
 - Valor total a ser faturado;
 - O relatório deve apresentar as informações de modo geral, por grupo de veículos, por Centro de Custo e por veículo;
 - Identificação do servidor responsável pela autorização dos serviços (nome e registro funcional);
 - Imitir relatório de retenção de IRRF, cujo as empresas aquelas que, são optante pelo Simples Nacional, e as empresas Optante pelo não Simples Nacional, e acordo com os faturamento mensal;
 - Relatório de Retenção Tributárias, (distinguindo cada tipo de serviço/ credenciado/seus dados cadastrais e informando os tributos e respectiva alíquota aplicável em cada transação a depender de cada serviço/produto).

RELATÓRIO DE FATURAMENTO RETENÇÃO - FATURA: 1775976

OS	NF Peças	NF Serviços	Categoria a OS	Data	Placa	Previsão Pcto	CNPJ Unidade	Unidade	CNPJ	Razao	Fantasia	Cidade	UF	Valor Bruto	Valor Líquido	Serviço	Op. Simples Nacional	IR	ISS	PIS	COFINS	CSLL	Valor Retido PCC	Valor Retido IR
----	----------	-------------	----------------	------	-------	---------------	--------------	---------	------	-------	----------	--------	----	-------------	---------------	---------	----------------------	----	-----	-----	--------	------	------------------	-----------------

5.4.2. Todos os relatórios devem ser gerados a partir de um período preestabelecido pelo Contratante, sem limitação de período mínimo e máximo para a pesquisa, permitindo comparativos de desempenho e outras análises de gestão;

5.4.3. Os relatórios deverão ser passíveis de exportação em EXCEL e PDF, permitindo a manipulação dos dados pelos usuários do Contratante;

5.4.4. O Contratante poderá, a qualquer momento, solicitar novos relatórios, de acordo com a sua necessidade.

5.5. IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA

5.5.1. A Contratada deverá implantar o sistema em todas as bases operacionais após a assinatura do contrato, conforme cronograma estimativo definido pelo Contratante;

5.5.2. O processo de implantação do Sistema pela Contratada compreende as seguintes atividades:

- Cadastrar todos os veículos e equipamentos no sistema da Contratada;
 - Cadastrar os motoristas no sistema da Contratada;
 - Oferecer treinamento para gestor, usuários e fiscais com disponibilização de login e senha para acesso ao sistema;
 - Definir a logística da rede de estabelecimento de postos de combustível credenciadas;
 - Fornecer para a Contratante os dados cadastrais da rede de estabelecimentos credenciados;
 - Preparar e distribuir os equipamentos periféricos (cartões magnéticos e leitores);
- Cronograma:

Ação	Tempo em dias corridos, após assinatura do contrato do contrato
Cadastrar todos os veículos e motorista	0 – 05

Oferecer treinamento ao gestor e usuários do Serviço de Transporte	0 – 10
Preparar e distribuir os equipamentos cartões magnéticos e leitores.	0 – 05

5.5.3. Os fiscais terão acesso somente às informações pertinentes ao Centro de Custo onde estão lotados;

5.5.4. Caso o prazo para preparação e distribuição dos equipamentos periféricos ainda não tenha sido atingido e seja necessário realizar algum abastecimento ou lavagem, a Contratada deverá disponibilizar procedimento contingencial, conforme previsto no item 5.8.1.

5.6. EXECUÇÃO DOS ABASTECIMENTOS DE COMBUSTÍVEL E SERVIÇOS LAVAGENS DOS VEÍCULOS

5.6.1. O Contratante é responsável pelo deslocamento dos veículos até os estabelecimentos credenciados para realização da execução dos serviços:

Abastecimento de combustível:

1-Gasolina Comum.

2-Diesel.

3-Diesel S10.

4-Álcool.

Lavagem:

Modalidade 1- Lavagem simples externa.

Modalidade 2- Lavagem interna e externa, com aspiração incluída.

5.7. SEGURANÇA NO FORNECIMENTO

5.7.1. Nos casos de falha dos equipamentos periféricos da rede credenciada ou dos cartões dos veículos e da ocorrência de situações adversas, como falta de energia elétrica, a Contratada deverá disponibilizar procedimento contingencial, por meio de serviço de atendimento ao cliente, que consiste na obtenção, por telefone, por parte da rede credenciada, do número da autorização de serviço a ser transcrito para formulário específico da Contratada, visando garantir a manutenção das informações necessárias ao controle e não comprometer a continuidade das atividades operacionais do Contratante;

5.7.2. Prestar suporte técnico por meio de Serviço de Atendimento ao Cliente - SAC por telefone, Internet e atendimento eletrônico, por meio de central de atendimento, sem custo para o Contratante. O atendimento telefônico deverá ser disponibilizado 24 horas por dia, 7 dias por semana.

5.8. EXIGÊNCIA MÍNIMA PARA OS POSTOS CREDENCIADOS

5.8.1. Os serviços deverão ser executados por profissionais qualificados em condições e instalações técnicas adequadas, objetivando a realização dos serviços com a eficiência desejada e com garantias concedidas pelos estabelecimentos credenciados, em consonância com o Código de Defesa do Consumidor, para os abastecimentos e serviços de lavagens;

5.8.2. Executar os serviços solicitados, com pessoal qualificado, mediante o emprego de técnica e ferramental adequados;

5.8.3. Devolver os veículos para o Contratante em perfeitas condições de funcionamento;

5.8.4. Atender com prioridade as execuções dos serviços solicitados pelo Contratante;

5.8.5. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Contratante;

5.8.6. Executar fielmente, dentro das normas técnicas, os serviços que lhe forem confiados, de acordo com as especificações de fábrica e rigorosa observância aos demais detalhes emanados e/ou aprovados pelo Contratante;

5.8.7. O não cumprimento, por parte das credenciadas de postos, de algum dos requisitos acima referenciados, acarretará obrigatoriamente no seu descredenciamento pela empresa Contratada.

5.9. ESTRUTURA DA REDE CREDENCIADA

5.9.1. A Contratada deverá credenciar estabelecimentos de postos de combustíveis especializados em serviços técnicos de abastecimento e lavagem de veículos que disponham dos seguintes requisitos mínimos, de acordo com suas especialidades:

- Possuir obrigatoriamente microcomputador, impressora e conexão à Internet;
- Dispor de ferramental adequado para o atendimento da frota sob sua responsabilidade;
- Dispor de área física adequada à prestação dos serviços de lavagem de veículos, e de equipe técnica qualificada;
- Dispor de equipamentos eletrônicos apropriados para aferições e regulagens de cambagem dos pneus;
- Permitir ao Contratante a fiscalização “*in loco*” da execução dos serviços autorizados.

5.9.2. Em caso de inobservância de qualquer uma das exigências acima relacionadas, os postos e estabelecimento serão descredenciados;

5.9.3. Todos os fornecedores credenciados deverão estar equipados para aceitar e transmitir, em tempo real, as transações das despesas efetuadas com os cartões magnéticos identificadores dos veículos da frota do Contratante.

5.10. DO PRAZO

5.10.1. Os veículos serão encaminhados pelos motoristas a rede credenciada, para realizar o abastecimento de combustível, gasolina, diesel, álcool, obedecendo a ordem de chegada em cada postos, e para realizar a lavagem dos veículos, de acordo com cada estabelecimento credenciado.

5.10.2. Os serviços só poderão ser executados, após a entrega dos veículos pelos motoristas, aos colaboradores da rede credenciada, e aguardar o término dos serviços nos veículos.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5. Atribuições dos gestores e fiscais do contrato

6.5.1. Atribuições do Fiscal Técnico

Não se aplica.

6.5.2. Atribuições do Fiscal Administrativo

Não se aplica.

6.5.3. Atribuições do Gestor do Contrato

6.5.3.1. O gestor do contrato acompanhará os registros das ocorrências relacionadas à execução do contrato e às medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.5.3.2. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.5.3.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.5.3.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.5.3.5. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.5.3.6. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.6. Preposto da Contratada

6.6.1. A empresa vencedora deverá disponibilizar um preposto para resolver tudo sobre o contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Do recebimento

7.1.1. Os veículos serão recebidos pelos motoristas, no ato da entrega realizada pela empresa contratada, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133/2021).

7.1.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, cabendo à fiscalização não atestar a fatura de serviço até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento do veículo.

7.1.3. Os serviços ou materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.4. Para efeito de recebimento dos veículos, ao final de cada período de faturamento, o gestor do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos.

7.1.5. Enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.1.6. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela empresa contratada e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

7.1.7. O recebimento dos veículos não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e qualidade do material ou pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2. Da Liquidação

7.2.1. Recebida a Nota de Fatura ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.2.1.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.2. Para fins de liquidação, o gestor deve verificar se a Nota Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão da fatura;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar;
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;
- g) número de fatura;
- h) data de vencimento da fatura;
- i) descrição na fatura.

7.2.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.2.4. A Nota Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio da documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.5. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.2.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.7. Persistindo a irregularidade, o contratante poderá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.2.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

7.3. Prazo de pagamento

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, nos termos estabelecidos pela minuta de contrato.

7.3.3 A Contratada emitirá mensalmente duas notas faturas consolidadas do período, da seguinte forma:

- a) Uma nota fatura para combustível, contendo as os abastecimento utilizados, bem como o percentual de administração;
- b) Uma nota fatura para serviços lavagem, contendo os serviços executados, bem como o percentual de administração.

7.3.4. Nas notas faturas deverão constar o seguinte endereço: Ministério Público do Estado do Espírito Santo, Rua Procurador Antônio Benedicto Amancio Pereira, nº 121, Bairro Santa Helena - Ed. Promotor Edson Machado - Vitória - ES - CEP: 29055-036;

7.3.5. Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso de cada nota fatura devida, a ser revisto e aprovado pelo Contratante, juntando-se à respectiva discriminação dos serviços efetuados, o memorial do cálculo;

7.3.6. A Contratada deverá apresentar, em conjunto com as faturas, os seguintes documentos:

- Declaração de Repasse dos valores devidos às Credenciadas referente ao mês correspondente à prestação dos serviços;
- Relatório consolidado de manutenção. O relatório consolidado deverá conter, no mínimo, as seguintes informações: identificação do veículo (modelo e placa), centro de custo, serviço / realizado, peça trocada, ordem de serviço, fornecedor credenciado onde foi realizada a manutenção, valor bruto e valor líquido;
- Relatório de Retenção Tributárias, (distinguindo cada tipo de serviço/ credenciado/seus dados cadastrais e informando os tributos e respectiva alíquota aplicável em cada transação a depender de cada serviço/produto).
- Certidão Conjunta Negativa de Débitos dos Tributos Federais e Dívida Ativa da União;
- Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- Certidão Negativa de Débito para com a Fazenda Pública Estadual da sede da Contratada;
- Certidão Negativa de Débito para com a Fazenda Pública do Estado do Espírito Santo;
- Certidão Negativa de Débito de Tributos Municipais da sede da Contratada;
- Certidão Negativa de Débito Trabalhista.

7.3.7. Se houver alguma incorreção na Nota Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo de pagamento será contado a partir da data de apresentação da nova Nota Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pelo Contratante;

7.3.8. No site da Contratada deverão ser disponibilizados, por meio de link específico, as certidões de regularidade fiscal, os relatórios consolidados, as notas faturas e a Declaração de Repasse, indicados no item 7.3.6. no Termo de Referência, mantendo-as atualizadas ao longo de toda a execução do contrato;

7.3.9. **Para a entrega de correspondências, cartões magnéticos, senhas e outros serviços, considerar o seguinte endereço:** Ministério Público do Estado do Espírito Santo, Rua Procurador Antônio Benedicto Amancio Pereira, nº 121, Bairro Santa Helena - Ed. Promotor Edson Machado - Vitória - ES - CEP: 29055-036, no **prazo máximo de 7 (sete) dias úteis** a contar da assinatura do contrato.

7.6. Forma de pagamento

7.6.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.6.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.6.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.6.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.6.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.7. Do reajuste

7.7.1. Para efeito de reajuste, será considerado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A), divulgado pelo IBGE.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

8.1.2. **Para fins de julgamento, o menor preço corresponderá à proposta que ofertar a menor taxa de administração efetiva**, a qual poderá ser positiva ou negativa, conforme metodologia estabelecida no edital.

8.1.3. Os lances registrados no sistema eletrônico terão caráter meramente operacional, devendo refletir o percentual da taxa de administração efetivamente pretendida pelo licitante, observado que a taxa de administração efetiva deverá ser obrigatoriamente informada na proposta ajustada a ser apresentada após a fase de lances, sendo este o valor considerado para fins de classificação e julgamento.

8.1.4. O valor estimado da contratação não será alterado, servindo exclusivamente como base de cálculo para aplicação da taxa de administração ofertada.

8.2. Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.2.1. Habilitação jurídica

8.2.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.2.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.2.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.1.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.2.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.2.1.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.2.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.2.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.2.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.2.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital/Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.2.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital/Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.2.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital/Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.2.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.3. Qualificação Econômico-Financeira.

8.3.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.3.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.4. Qualificação Técnica

8.4.1. Declaração de capacidade técnica, emitida por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter prestado serviços similares ao objeto da presente licitação, restrita à parcela de maior relevância técnica do objeto, consistente no gerenciamento e controle da frota, devendo conter, no mínimo, o seguinte quantitativo:

a) Gerenciamento e controle de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do número de veículos estimados no Anexo I deste Termo de Referência, em prestação de serviços similares ao objeto da licitação.

8.4.1.1. O atestado deve ser emitido em papel timbrado da empresa contratante, assinado por seu representante legal, discriminando o teor da contratação e os dados da empresa contratada.

8.4.1.2. O MPES poderá promover diligências para averiguar a veracidade das informações constantes no documento apresentado, caso julgue necessário, estando sujeita à inabilitação a licitante que apresentar documentos em desacordo com as informações obtidas pela Equipe de Pregão, além de incorrer nas sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

8.4.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.4.1.4. Será admitido o somatório de atestados de capacidade técnica, para comprovação dos quantitativos mínimos exigidos, desde que os documentos apresentados, em conjunto, demonstrem de forma satisfatória a aptidão técnica da licitante para execução do objeto licitado.

8.4.1.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor da contratação foi estimado com base na Portaria MPES nº 1.134, de 26 de dezembro de 2023.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Registra-se que os recursos necessários para a contratação foram consignados no Planejamento Orçamentário da Coordenação Administrativa, para o ano de 2026 na UG – MPES, Atividade: 2020 - ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE, Natureza de despesa: 339030 - MATERIAL DE CONSUMO e 339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Caso a CONTRATANTE, por meio de apuração em procedimento administrativo e resguardados os direitos da ampla defesa e do contraditório, conclua ter havido cometimento de atrasos ou irregularidades na execução contratual por parte da CONTRATADA, serão aplicadas as penalidades de multa moratória conforme especificado abaixo, sem prejuízo das demais penalidades previstas na minuta de contrato e legislação correlata.

11.1. Multa:

(1) moratória de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado, até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado.

11.2. A aplicação de quaisquer penalidades não exime a CONTRATADA da obrigação de efetuar, sempre que possível, as correções necessárias na prestação dos serviços.

ANEXO I
Frota de Veículos do MP-ES:

Nº	FABRICANTE	MODELO	ANO	QUANTIDADE
1	FORD	CAMINHÃO BAÚ	2018	1
2	FORD	CAMINHÃO BAÚ	2019	1
3	TOYOTA	HILUX	2014	1
4	GM	CAPTIVA	2014	1
5	TOYOTA	COROLLA	2011	4
6	TOYOTA	COROLLA	2012	2
7	TOYOTA	COROLLA	2013	5
8	TOYOTA	COROLLA	2014	1
9	TOYOTA	COROLLA	2015	1
10	TOYOTA	COROLLA	2017	4
11	TOYOTA	COROLLA HIBRIDO	2021	2
12	TOYOTA	COROLLA	2022	5
13	TOYOTA	COROLLA	2023	4
14	TOYOTA	COROLLA	2024	6
15	GM	PRISMA	2018	3
16	GM	PRISMA	2019	3
17	FORD	KÁ	2020	5
18	HYUNDAI	HR	2016	1
19	HONDA	XR250	2008	1
20	FORD	RANGER	2015	1
21	GM	ÔNIX	2023	25
22	TOYOTA	SW4	2023	3
23	FIAT	DUCATO	2021	1
	TOTAL			81

ANEXO II
REDE CREDENCIADA PARA INICIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

QUANTIDADE MÍNIMA DE EMPRESAS CREDENCIADAS POR MUNICÍPIO	
Município	Quant. mínima de postos de abastecimento
Afonso Cláudio	2
Água Branca	2
Alegre	3
Alfredo Chaves	2
Alto Rio Novo	2
Anchieta	2
Apiacá	2
Aracruz	4
Atílio Vivácqua	2
Baixo Guandu	2

Barra de São Francisco	3
Boa Esperança	2
Bom Jesus do Norte	2
Brejetuba	2
Cachoeiro de Itapemirim	4
Cariacica	5
Castelo	2
Colatina	6
Conceição da Barra	2
Conceição do Castelo	2
Domingos Martins	2
Dores do Rio Preto	1
Ecoporanga	2
Fundão	2
Guaçuí	2
Guarapari	4
Ibatiba	2
Ibiraçu	2
Ibitirama	2
Iconha	2
Itapemirim	3
Itaguaçu	2
Itarana	2
Iúna	2
Jaguaré	2
Jerônimo Monteiro	2
João Neiva	2
Laranja da Terra	2
Linhares	6
Mantenópolis	2
Marataízes	2
Marechal Floriano	2
Marilândia	2
Mimoso do Sul	2
Montanha	2
Mucurici	2
Muqui	2
Muniz Freire	2
Nova Venécia	4
Pancas	2
Pedro Canário	2
Pinheiros	2
Piúma	2
Presidente Kennedy	2
Rio Bananal	2
Rio Novo do Sul	2
Santa Leopoldina	2
Santa Maria de Jetibá	2
Santa Teresa	3
São Domingos do Norte	2
São Gabriel da Palha	2
São José do Calçado	2
São Mateus	6
Serra	10
Vargem Alta	2
Venda Nova do Imigrante	3
Viana	5
Vila Velha	10
Vitória	10



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpes.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2441874** e o código CRC **196F9F2F**.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2026

ANEXO II

EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

1 DA HABILITAÇÃO

Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, conforme estabelece o Edital e estar **com prazo vigente**, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade. Os documentos enviados estarão sujeitos à consulta quanto à veracidade, a critério exclusivo da CPL/MPES.

1.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

1.1.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

1.1.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.1.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

1.1.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.1.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

1.1.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.1.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

1.1.8 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

1.2 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

1.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

1.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

1.2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

1.2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

1.2.5 Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede da licitante.

1.2.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (onde for sediada a empresa e a do Estado do Espírito Santo, quando a sede não for deste Estado).

1.2.7 Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.

1.2.8 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

1.2.9 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

1.2.10 Nos casos de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, não se exige comprovação de regularidade fiscal para fins de habilitação, mas somente para formalização da contratação, observadas as seguintes regras:

1.2.10.1 A licitante deverá apresentar, à época da habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição.

1.2.10.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.2.10.3 O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período.

1.2.10.4 Em caso de atraso por parte do órgão competente para emissão de certidões comprobatórias de regularidade fiscal, ou trabalhista, a licitante poderá apresentar à Administração outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, respectivamente, nos termos dos arts. 156 e 151 do Código Tributário Nacional, acompanhado de prova do protocolo do pedido de certidão.

1.2.10.5 Na hipótese descrita no inciso anterior, a licitante terá o prazo de 10 (dez) dias, contado da apresentação dos documentos a que se refere o parágrafo anterior, para apresentar a certidão comprobatória de regularidade fiscal ou trabalhista.

1.2.10.6 O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período, uma única vez, se demonstrado pela licitante a impossibilidade de o órgão competente emitir a certidão.

1.2.10.7 A formalização da contratação fica condicionada à regularização da documentação comprobatória de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos dos incisos anteriores, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções legais, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes e com elas contratar, observada a ordem de classificação, ou revogar a licitação.

1.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

1.3.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

1.3.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, e inciso II](#)) ou certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório, conforme Acórdão de Relação TCU 8271/2011-Segunda Câmara;

1.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

1.4.1 Comprovação de aptidão para execução do serviço conforme item 8.4 do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

1.5 DADOS COMPLEMENTARES PARA EMISSÃO DO CONTRATO (Modelo Anexo IV).

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2026 ANEXO III MODELO DE PROPOSTA

Formulamos Proposta Comercial, de acordo com todas as condições da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90019/2026	
DADOS DA EMPRESA	DADOS REPRESENTANTE QUE ASSINARÁ O CONTRATO
Razão Social:	Nome:
CNPJ/MF:	CPF:
Endereço Completo:	C.I.: UF:
CEP:	Profissão:
Tel.:	Tel.:
E-mail:	E-mail:
Banco: Agência: Conta:	

LOTE ÚNICO

OBJETO	PRODUTO/ SERVIÇO	QUANT. ESTIMADA	VALOR ESTIMADO R\$	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO
Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de Gerenciamento e controle de frota, mediante sistema informatizado e tecnologia de pagamento por meio de cartão magnético, visando ao abastecimento de combustível gasolina, diesel, álcool e lavagem dos veículos próprios, locados e equipamento que pertencem a frota do MP-ES, para atender às necessidades administrativas do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, conforme Termo de Referência.	COMBUSTÍVEL (LITROS)	100.000	657.896,84	
	LAVAGEM EXTRA	400	27.412,36	
	LAVAGEM INTERNA E EXTERNA (COM ASPIRAÇÃO)	220		
TOTAL			685.309,20	

1 - Outras informações que compõem a proposta:

1.1- Descrição completa dos produtos/serviços;

1.2- Quantidades, valores e taxa de administração;

1.3- Prazo de validade da proposta, conforme Edital;

1.4- Os preços propostos incluem todas as despesas diretas, indiretas, impostos, benefícios, tributos, contribuições, seguros, transporte, licenças e outros custos relacionados com o fornecimento, de modo a se constituírem à única e total contraprestação pelo fornecimento dos produtos.

1.5- Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas.

1.6- Conforme previsto no art. 96 da lei 14.133/2021, informamos que será apresentada, no momento da contratação, a modalidade de garantia contratual_____.

Atenciosamente,

Identificação e Assinatura do Representante Legal/Carimbo

ANEXO IV (MODELO)

DADOS COMPLEMENTARES PARA EMISSÃO DO CONTRATO

DADOS DO REPRESENTANTE QUE ASSINARÁ O CONTRATO

NOME:.....

Nº C.I.:..... ÓRGÃO EMISSOR:..... UF:.....

Nº CPF: NACIONALIDADE:.....

PROFISSÃO:..... ESTADO CIVIL:.....

ENDEREÇO RESIDENCIAL:

TELEFONE:..... E-MAIL:.....

DADOS PARA CADASTRO DA PESSOA JURÍDICA

CNPJ:.....

RAZÃO SOCIAL COMPLETA :
(informar se é ME ou EPP)

ENDEREÇO COMPLETO DA PESSOA JURÍDICA:
CEP:

TELEFONE:..... EMAIL:

BANCO:..... AGÊNCIA:..... DIG/VER: NÚMERO DA CONTA:.....

Vitória.....de de

Nome e assinatura do Representante Legal da Empresa
Cargo ocupado na empresa

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2026

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO

Processo n.º xxxx.xxxx.xxxx-xx
Pregão Eletrônico n.º /20XX
ID TCES n.º
Contrato MP n.º /20XX

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E (RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA)

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, doravante denominado **CONTRATANTE**, inscrito no CNPJ sob o n.º 02.304.470/0001-74, com sede na Rua Procurador Antônio Benedicto Amâncio Pereira, 121, Santa Helena, CEP 29055-036, Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, neste ato representado pela Subprocuradora-Geral de Justiça Administrativa, (**Nome SPGA**), portador da CI n.º(Nº - órgão expedidor – Estado), inscrito no CPF sob n.º. xxx.xxx.xxx-xx, e (**razão social da empresa**), doravante denominada **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ sob o n.º xx.xxx.xxx/xxxx-xx, localizada à (endereço completo da CONTRATADA) neste ato representado por (Nome do Representante qualificado para assinar), portador da carteira de identidade (Nº - órgão expedidor – Estado), inscrito no CPF sob o n.º xxx.xxx.xxx-xx, (qualificação e endereço do representante), ajustam o presente **CONTRATO**, nos termos das Lei Federal n.º 14.133/2021, demais normas pertinentes, e de acordo com o termo de Processo n.º xxxx.xxxx.xxxx-xx, parte integrante deste instrumento independente de transcrição, juntamente com a proposta apresentada pela CONTRATADA, ficando, porém, ressalvadas como não transcritas as condições nela estipuladas que contrariem as disposições deste CONTRATO, que se regerá pelas cláusulas seguintes.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de Gerenciamento e controle de frota, mediante sistema informatizado e tecnologia de pagamento por meio de cartão magnético, visando ao abastecimento de combustível gasolina, diesel, álcool e lavagem dos veículos próprios, locados e equipamento que pertencem a frota do MP-ES, para atender às necessidades administrativas do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, condições e quantitativos constantes no Anexo Único deste instrumento contratual e Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico n.º 90019/2026.

1.2. Este Contrato guarda conformidade com o Edital de Pregão Eletrônico n.º 90019/2026, vinculando-se, ainda, à proposta da CONTRATADA e demais documentos do Processo n.º xxxx.xxxx.xxxx-xx, que, independentemente de transcrição, integram este instrumento.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

2.1. O prazo de **vigência da contratação é de 12 meses** contados do primeiro dia útil subsequente à publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Ministério Público do Estado do Espírito Santo - DIMPES, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a contratada.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a contratada, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. A contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando a contratada tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLAUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo ao Edital.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

5.1. O valor estimado anual do contrato é de R\$ 685.309,20, sendo R\$ 657.896,84 de combustível e R\$ 27.412,36 de Serviços de lavagem, com **taxa de administração de %**, conforme proposta comercial apresentada.

5.2. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA REVISÃO E DO REAJUSTAMENTO

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado do orçamento estimado.

6.2. O reajuste será adotado, obrigatoriamente, como forma de compensação dos efeitos das variações inflacionárias, desde que decorridos 12 (doze) meses, a contar da data do orçamento estimado, a saber xx/xx/xxxx, de acordo com o §3º, artigo 92 da Lei 14.133/2021.

6.3. O reajuste do preço levará em consideração o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo.

6.4. Compete à CONTRATADA a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso de cada reajuste a ser aprovado pelo CONTRATANTE, juntando-se a respectiva discriminação dos serviços e memorial de cálculo do reajuste, e demais documentos comprobatórios do reajuste pleiteado.

6.5. O reajuste será efetuado por meio de simples apostilamento, nos termos do artigo 136 da Lei Federal n.º 14.133/2021, dispensada a análise prévia pela Assessoria Administrativa.

6.6. A criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta definitiva e desde que acarretem comprovada repercussão no equilíbrio econômico-financeiro deste contrato, implicarão a revisão de preços para mais ou para menos, adotando-se como índice de correção a alíquota prevista na lei respectiva.

6.7. Em caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão adotados os critérios de revisão ou reajustamento, conforme o caso, como forma de restabelecer as condições originalmente pactuadas.

6.8. A revisão poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência contratual, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração ou minoração de seus encargos.

6.9. Em caso de revisão, a alteração do preço ajustado, além de obedecer aos requisitos referidos no item anterior, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada.

6.10. Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento.

6.11. Não será concedida a revisão quando:

6.11.1. Ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;

6.11.2. O evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência do contrato;

6.11.3. Ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;

6.11.4. A parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento;

6.11.5. Houver alteração do regime jurídico-tributário da CONTRATADA, ressalvada a hipótese de superveniente determinação legal.

6.12. A revisão será efetuada por meio de aditamento contratual, precedida de análise pela Assessoria Administrativa.

6.13. O contratante decidirá sobre o pedido restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro em até 90 (noventa) dias, contado da data do fornecimento, pela contratada, da documentação comprobatória da variação dos custos. (art. 92, XI)

6.14. As revisões e o reajuste que a contratada fizer jus mas que não forem requeridas formalmente durante a vigência deste contrato serão consideradas renunciadas com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O prazo para pagamento à contratada e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, do Edital.

7.2. Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

8. CLÁUSULA OITAVA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. Os recursos necessários ao pagamento das despesas inerentes a este Contrato correrão no seguinte enquadramento orçamentário:

Atividade: 03.122.0048.2020 – Administração da Unidade.

Elementos de Despesa:

3.3.90.30.01 – Material de Consumo – Combustíveis e Lubrificantes Automotivos – Álcool;

3.3.90.30.58 – Material de Consumo – Combustíveis e Lubrificantes Automotivos – Gasolina;

3.3.90.30.59 – Material de Consumo – Combustíveis e Lubrificantes Automotivos – GNV/Diesel;

3.3.90.39.19 – Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica – Manutenção e Conservação de Veículos.

Plano Orçamentário: 001702 – Apoio Administrativo.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1. Compete à CONTRATADA:

- 9.1.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, Anexo I do Edital, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 9.1.2. Executar/entregar o objeto do contrato conforme especificações, prazos e condições, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.
- 9.1.3. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XVI, do artigo 92, da Lei n.º 14.133/2021 e alterações;
- 9.1.4. Não disponibilizar empregados, em funções de chefia, que incidam nas vedações dos artigos 1º e 2º da Resolução n.º 177, de 05 de julho de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público.
- 9.1.5. Indicar, no início da execução contratual, preposto, aceito pela administração, no local da obra ou serviço, para representá-la na execução do contrato nos termos do artigo 118 da Lei 14.133/2021 e suas alterações;
 - a) A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.1.6. Atender às determinações regulares emitidas pelo gestor/fiscal do contrato ou autoridade superior;
- 9.1.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais ou serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.1.8. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas;
- 9.1.9. Observar as demais disposições presentes no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

9.2. Compete ao CONTRATANTE:

- 9.2.1. Receber e atestar o material ou serviço efetivamente fornecido, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e cláusulas deste contrato;
- 9.2.2. Recusar o material ou serviço que for entregue em desacordo com as especificações e obrigações assumidas pela contratada;
- 9.2.3. Notificar a contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 9.2.4. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.2.5. Efetuar o pagamento à contratada do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 9.2.6. Aplicar à contratada as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 9.2.7. Prestar à CONTRATADA, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à execução do objeto do Contrato;
- 9.2.8. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela contratada;
- 9.2.9. Designar comissão na hipótese da alínea a, inciso II do art. 140 da Lei 14.133/2021, responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos produtos/serviços adquiridos;
- 9.2.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 9.2.11. Observar as demais disposições presentes no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela contratada.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever da contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. A contratada deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. A contratada deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 10.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 10.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 10.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ESPECIFICAÇÕES, PRAZOS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 11.1. As especificações, prazos, quantitativos e condições de execução do objeto pela CONTRATADA são aqueles previstos no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), a contratada que:
 - a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

- 12.2. Serão aplicadas à contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) Advertência, quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) Multa:

(1) Multa moratória na forma e percentuais estabelecidos no Termo de Referência;

(2) Multa moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato ou, no caso de prestação de serviço contínuo, do valor anual do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, o qual poderá ser glosado de pagamentos devidos.

a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021](#), ou ainda, aplicar o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.

b. A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base nesta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia previstas em lei, sem prejuízo da manutenção da multa aplicada.

(3) compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.8. A personalidade jurídica da contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11. Os débitos da contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a contratada possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA SUPERVENIENTE IRREGULARIDADE FISCAL OU TRABALHISTA

13.1. Constatado que a CONTRATADA não se encontra em situação de regularidade fiscal ou trabalhista, a mesma será notificada para no prazo de 10 (dez) dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções.

13.2. Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.

13.3. Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pela CONTRATADA, poderá ser imposta multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo contratual não executado.

13.4. Depois de transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a Administração decidir sobre iniciar ou não procedimento de rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato poderá ainda ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

a) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.2. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

15.1. A CONTRATADA prestará garantia de execução contratual, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total, ou no caso de prestação de serviços contínuos do valor anual do contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contados do início da vigência do contrato.

15.1.1. Na hipótese de se optar pela modalidade prevista no inciso II do § 1º, do art. 96 da Lei 14133, o contratado terá o prazo máximo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia.

15.2. A garantia poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

15.2.1. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

15.2.2. Seguro-garantia;

15.2.3. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

15.2.4. Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

- 15.3. Sem prejuízo das demais hipóteses previstas no contrato e na regulamentação vigente, a garantia poderá ser utilizada para o pagamento de:
- 15.3.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 15.3.2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA.
- 15.4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 15.3, observada a legislação que rege a matéria.
- 15.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, preferencialmente em conta específica no Banco do Estado do Espírito Santo - Banestes ou em outro banco estabelecido no município de Vitória-ES, com correção monetária.
- 15.6. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 15.7. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 15.8. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 30 (trinta) dias após o término da vigência contratual.
- 15.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, nas mesmas condições e parâmetros da contratação, evitando-se a interrupção da continuidade da cobertura pela garantia.
- 15.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 15.11. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 15.11.1. O emitente da garantia ofertada pela contratada deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 15.11.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022 e suas alterações posteriores.
- 15.12. Será considerada extinta e liberada a garantia:
- 15.12.1. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 15.12.2. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 15.12.3. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 15.12.4. A contratada autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

- 16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 16.2. A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).
- 16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- 17.1. A execução do Contrato será acompanhada por Gestor, e havendo necessidade por um ou mais fiscais, nomeados pelo Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, que serão responsáveis por esse acompanhamento, nos termos do artigo 117, da Lei n.º 14.133/2021, e deverão atestar a entrega dos produtos ou serviços contratados.
- 17.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES

- 18.1. A CONTRATADA assume, integralmente, qualquer responsabilidade de natureza civil, criminal, trabalhista, etc., decorrente da execução do objeto deste contrato.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS RECURSOS

- 19.1. Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos dos artigos 165 a 168, da Lei n.º 14.133/2021 e alterações posteriores.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

- 20.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 21.1. A CONTRATADA é vedado prestar informações a terceiros sobre a natureza ou andamento dos trabalhos objeto deste contrato, divulgá-los através da imprensa escrita e falada ou por meio de qualquer divulgação pública, salvo por autorização expressa do CONTRATANTE.
- 21.2. Fazem parte integrante e inseparável deste contrato e obrigam a CONTRATADA, em todos os seus termos, a proposta apresentada, aplicando-se as normas da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações.
- 21.3. O CONTRATANTE poderá exigir e a CONTRATADA se compromete a fornecer a qualquer tempo, as composições de custos dos preços unitários propostos onde fiquem evidenciados os seus componentes, tais como: incidência de mão-de-obra, incidência e composição dos encargos sociais e previdenciários, incidência dos custos materiais, etc.
- 21.4. As relações entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE serão por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser confirmados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.
- 21.5. Não constitui novação nem implica aceitação, renúncia ou consentimento, qualquer tolerância por uma das Partes quanto à infração pela outra Parte de cláusulas ou condições previstas neste Contrato, Termos Aditivos e Solicitações.
- 21.6. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

- 22.1. Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se, expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente.



Documento assinado eletronicamente por **Tammy Bussolotti, Pregoeiro(a)**, em 07/05/2026, às 12:12, conforme art. 4º, da Portaria PGJ nº 92/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpes.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2441990** e o código CRC **36DDA9B2**.
